

ATA DA XXI REUNIÃO ORDINÁRIA

15 e 16 de março de 2011

1
2
3
4 Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e onze, no Auditório do Anexo I,
5 Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a XXI Reunião Ordinária do
6 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de
7 assessoramento da Presidenta da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28
8 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro
9 de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de
10 presença encontra-se anexa. Pauta do dia 15: 1. 14h – Abertura, Aprovação da Pauta da
11 XXI Plenária e da ata da XX Plenária; 2. 14h15 – Informes; 3. 14h30 às 17h30 –
12 Preparação da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 3.1
13 14h30 – Processo de elaboração dos documentos – Maria Emília – Coordenadora da
14 Subcomissão de Conteúdo e Metodologia, 3.2 14h50 – Organização e mobilização –
15 Gleyse Peiter – Coordenadora da Subcomissão de Infraestrutura, Mobilização e
16 Comunicação, 3.3 15h10 - Participação governamental e interação política com os
17 Estados – Onaur Ruano – Secretário Executivo da Câmara Interministerial de Segurança
18 Alimentar e Nutricional; 4. 15h30 às 15h45 - Apresentação do Livro dos Conselhos
19 Nacionais - Paulo Roberto Maldos - Secretário Nacional de Articulação Nacional da
20 Secretaria Geral da Presidência da República; 5. 15h45 às 17h30 - Debate e
21 encaminhamentos; 6. 18h00 – Evento Externo: Lançamento do Livro “Fome Zero –
22 Uma História Brasileira” Local: Palácio do Itamaraty, Auditório Wladimir Murтинho, 1º
23 Subsolo, Brasília-DF. Pauta do dia 16: 7. 9h00 – Saudação da Ministra Tereza
24 Campello – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 8. 9h20 às
25 13h00, 9h20 – Desafios para a Erradicação da Extrema Pobreza - Ana Fonseca –
26 Secretária Extraordinária de Erradicação da Extrema Pobreza – MDS, 10h00 -
27 Contribuições do Consea para a Erradicação da Extrema Pobreza – Marília Leão –
28 Coordenadora do GT Indicadores e Monitoramento do Consea, 10h20 - Debate e
29 encaminhamentos; Intervalo Almoço – 13h a 14h; 9. 14h15h às 15h30 – Avaliação da
30 atuação do Consea em 2010 - Apresentação pelas Comissões Permanentes. 10. 15h30h
31 às 18h – Definição dos temas estratégicos para a agenda do CONSEA e finalização do
32 planejamento de 2011; 11. 18h – Encerramento. Dia 15/03/2011: Composição da 1ª
33 Mesa: Renato Maluf, Presidente do Consea Nacional; Michele Lessa de Oliveira,
34 Coordenadora da Secretaria Executiva; Onaur Ruano, Secretário Executivo da Câmara
35 Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional; Gleyse Maria Couto Peiter,
36 Coordenadora da Subcomissão de Infraestrutura, Mobilização e Comunicação e Maria
37 Emília, Coordenadora da Subcomissão de Conteúdo e Metodologia. Começaram-se os
38 trabalhos com o ponto de pauta 1. 14h – Abertura, Aprovação da Pauta da XXI Plenária
39 e da ata da XX Plenária - Renato Maluf, presidente do Consea Nacional, deu por aberta
40 a Sessão, cumprimentando os presentes e passando imediatamente aos Informes da
41 Presidência: 2. 14h15 – Informes: 1) Informou que o IPEA distribuiu um questionário
42 sobre um estudo da dinâmica da participação política. 2) Anunciou a presença de Pedro
43 Pontual, Diretor de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República,
44 como convidado permanente do Consea. Pedro Pontual fez um breve relato dos
45 trabalhos realizados pela Secretaria na qual atua e anunciou a publicação do Caderno,
46 que procura reunir informações básicas a respeito dos Conselhos e Comissões Nacionais
47 Brasileiros. As informações constantes desse caderno estão atualizadas até 30 de
48 dezembro de 2010. Na noite neste dia 15/03, no Itamaraty, será realizada cerimônia para
49 lançamento oficial do livro. Dia 16 de março de 2011, no Palácio do Planalto,
50 acontecerá a primeira reunião deste ano com os Secretários Executivos, para debater a

51 agenda dos Conselhos. Na semana seguinte será realizada uma reunião com os membros
52 de Governo que compõem as Comissões Organizadoras das Conferências Nacionais que
53 serão realizadas em 2011 e 2012. Pedro Pontual passou a relatar os trabalhos que serão
54 realizados pela Secretaria Geral, dentre eles a elaboração do Plano Plurianual
55 2012/2015. O orador deixou um desafio para o Consea no sentido de, tanto em relação
56 às ações do Conselho quanto em relação às deliberações da IV Conferência, mostrar
57 para a sociedade e Governo a importância das resoluções e trabalhos e em que medidas
58 isso foi incorporado nas políticas públicas e que impacto tiveram na sociedade. Renato
59 Maluf esclareceu que entre uma Conferência Nacional e outra, o Consea realiza o que é
60 chamado de Conferência+2, quando são organizadas as deliberações da Conferência
61 anteriormente realizada, segundo as diretrizes da Política, que são encaminhadas ao
62 Governo. As deliberações oriundas desse debate são encaminhadas ao Governo, que,
63 por conseguinte, as devolve ao Consea, que publica um balanço dos trabalhos. E a partir
64 desse balanço é instaurado um processo de diálogo. Na sequência, Selvino Heck fez uso
65 da palavra e informou que a equipe Talher Nacional e Rede Educação Cidadã passa
66 agora a compor a Secretaria Geral da Presidência da República. 3) Renato Maluf
67 informou que o Governo tomou decisões que implicam no funcionamento do Consea:
68 corte nos gastos de passagens e diárias para atividades e eventos que solicitem a
69 presença do Consea, não sendo consideradas nesses cortes as Plenárias; a autorização de
70 viagens será feita pela Ministra do MDS, o que implica em tramitação mais lenta do
71 processo. A Secretaria Executiva do Consea está proibida, por Decreto, de fazer
72 qualquer alteração em passagens. 4) O Presidente do Consea anunciou modificações na
73 Secretaria Executiva do Conselho: Michele Lessa de Oliveira e Marcelo Torres
74 passaram a ocupar os cargos de Coordenadores da Secretaria Executiva e Assessoria de
75 Comunicação do Consea Nacional, respectivamente, antes ocupados por Carmem
76 Priscila Bocchi e Laura Fernandes. Michele Lessa agradeceu a oportunidade e falou que
77 a maior preocupação dela é manter a qualidade dos trabalhos realizados pela
78 composição anterior. Marcelo Torres também agradeceu a oportunidade. 5) Renato
79 Maluf informou que o Governo Brasileiro lançou a candidatura de José Graziano da
80 Silva à Direção Geral da FAO. José Graziano é ex-ministro e Assessor Especial da
81 República no Governo do Presidente Lula. Há dois anos assumiu a Direção Regional da
82 FAO para América Latina e Caribe. A Mesa Diretiva do Consea propôs, e a Plenária
83 aprovou por aclamação, uma Manifestação Pública de Apoio à Candidatura Brasileira à
84 FAO. Na sequência foi feita a leitura da carta apoiando José Graziano. Foram feitas
85 observações e alteração ao documento, considerando a importância da FAO e do
86 próprio candidato para o tema da alimentação. Foi solicitada uma apresentação das
87 propostas de programa do candidato. Na sequência, passou-se a debater o ponto de
88 pauta 3. 14h30 às 17h30 – Preparação da IV Conferência Nacional de Segurança
89 Alimentar e Nutricional - Renato Maluf lembrou a composição da Comissão
90 Organizadora da Conferência: Grupo Executivo, Subcomissão de Metodologia e
91 Subcomissão de Infra-Estrutura, Mobilização e Recursos. Logo em seguida, conforme
92 consta abaixo, os palestrantes apresentaram os documentos que foram enviados às
93 Comissões Permanentes e analisados por estas, e depois devolvidos aos oradores.
94 Também foram apresentados informes quanto ao desenvolvimento dos eventos
95 temáticos nacionais, que antecedem a IV Conferência. 3.1 14h30 – Processo de
96 elaboração dos documentos – Maria Emília, Coordenadora da Subcomissão de
97 Conteúdo e Metodologia, realçou a importância da participação dos membros das
98 Comissões Permanentes do Consea e dos representantes de Governo nos trabalhos até
99 aqui executados para a realização da Conferência. Informou que o Manual Orientador
100 da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Alimentação

101 Adequada e Saudável: Direito de Todos contém orientações para as Conferências
102 Estaduais e do Distrito Federal e também consta o Regimento Interno da IV
103 Conferência, com explicações quanto aos objetivos e eixos temáticos do evento. A
104 palestrante explicou que pelo fato de constar no art. 6º da Constituição Federal menção
105 explícita ao Direito Humano à Alimentação, dentre outros fatores, foi o que justificou a
106 escolha do tema da Conferência: Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos.
107 Maria Emília passou a relatar o Objetivo Geral da Conferência, que é construir
108 compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável,
109 previsto no art. 6º da Constituição Federal, e promover a soberania alimentar por meio
110 da implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
111 Nutricional (Sisan) nas esferas de Governo e com a participação da sociedade. Disse
112 que diferentemente da III Conferência, em relação à IV, tem-se a perspectiva de
113 elaboração de um Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e avançar na
114 discussão e propostas dos instrumentos de pactuação, adesão e construção do Sistema
115 de SAN. Esclareceu também que o Regimento explica não só o objetivo geral, mas
116 também os objetivos específicos, como a organização do evento e o estabelecimento de
117 prazos, aos quais devem se ter bastante atenção. A palestrante apresentou uma relação
118 de propostas para a realização de eventos que antecedem a Conferência, e afirmou que
119 ao final destes deverão ser elaborados documentos sucintos que subsidiarão a IV
120 Conferência. Os documentos deverão ser enviados ao Consea Nacional até 10 dias após
121 seu término. Maria Emília informou também que além do Regimento e do Manual
122 Orientador, está sendo elaborado um Documento de Referência da IV Conferência. Não
123 poderão ser feitas emendas ou supressões a esse Documento. O mesmo servirá de
124 subsídios para os debates das Conferências Estaduais e do Distrito Federal. O Manual
125 também apresenta sugestões de atividades para as Conferências Estaduais. Apesar
126 dessas sugestões, cada Conferência Estadual terá a liberdade de se organizar conforme
127 suas necessidades. Maria Emília falou também da elaboração de um documento-base,
128 que será elaborado pelo Consea Nacional, que comporá as principais contribuições dos
129 Encontros Temáticos Nacionais. Como produtos, a IV Conferência terá um Relatório
130 Final, que deverá ficar pronto após a Conferência, e também uma Declaração Política e
131 Moções. A apresentadora fez um breve esboço sobre a metodologia da Conferência.
132 Alertou que ainda não foi finalizada a proposta de programação. Esta deverá ser mais
133 bem apresentada nas próximas Plenárias. Maria Emília informou que o Grupo de
134 Indicadores, que produziu o Manual do Orientador, está trabalhando para produzir
135 dados sobre todos os municípios brasileiros a respeito da obesidade das mulheres,
136 saneamento, anos de estudo e desnutrição crônica das crianças; e o conjunto dos
137 indicadores para todos os Estados. Essas informações farão parte do Documento-
138 Referência que está sendo preparado pela Subcomissão de Conteúdo e Metodologia.
139 Disse também que está sendo preparado um quadro das políticas e programas que dizem
140 respeito à Política Nacional de SAN. Renato Maluf esclareceu que a Comissão
141 Organizadora do evento pretende chegar à Conferência com a Declaração Política
142 previamente discutida, acordada, mas, sujeita a debate na Conferência soberana. Esse
143 documento será apresentado previamente à Plenária do Consea. Contudo, mencionou a
144 dificuldade de datas para as contribuições vindas das Conferências Estaduais. 3.2 14h50
145 – Organização e mobilização – Gleyse Peiter, Coordenadora da Subcomissão de
146 Infraestrutura, Mobilização e Comunicação, apresentou a situação atual dos trabalhos da
147 Subcomissão de Infraestrutura, Mobilização e Comunicação no que tange à realização
148 da IV Conferência. Informou que quanto ao orçamento, o MDS apoiará a IV
149 Conferência com o patrocínio de R\$ 3 milhões de reais. Contudo, esse valor não é
150 suficiente, portanto, a Subcomissão está se mobilizando para conseguir mais R\$ 1

151 milhão de reais. Disse também que é papel desta Subcomissão elaborar os planos de
152 infraestrutura, comunicação e mobilização, e também manter interlocução com o
153 Consea da Bahia, através de seu presidente. A Subcomissão tem estimulado a realização
154 das Conferências Estaduais, Municipais, Territoriais e do Distrito Federal, através do
155 Plano de Mobilização e Comunicação. Outra função da Subcomissão é avaliar a
156 prestação de contas de todos os recursos da Conferência Nacional. Avisou que foi feita
157 uma visita ao Centro de Convenções da Bahia, quando aconteceu uma reunião com o
158 Consea e Governo baianos. A palestrante fez uma breve descrição do Centro de
159 Convenções, onde será realizado o evento, e das diversas atividades que serão ali
160 realizadas que dizem respeito á Conferência. Anunciou que o edital, com todos os
161 detalhes dos serviços que serão contratados, já foi feito pelo MDS; o Termo de
162 Referência está sendo finalizado. A conclusão desse trabalho está prevista para agosto
163 de 2011. Gleyse Peiter também apresentou brevemente as diversas atividades
164 desenvolvidas e a desenvolver pela Subcomissão de Infraestrutura, como transporte,
165 hospedagem; identificação, negociação, acordo e formalização dos possíveis
166 patrocinadores; criação de um sistema de Internet; participação de convidados nacionais
167 e internacionais; discussão de um concurso sobre o que as pessoas entendem do tema da
168 Segurança Alimentar e Nutricional. A oradora falou da necessidade de apoiar os
169 Conselheiros Nacionais às Conferências Estaduais, Municipais e Territoriais. Para tanto,
170 informou que será distribuído um *kit* aos Conselheiros Nacionais, com toda a
171 documentação necessária para a Conferência. A Subcomissão também tem a
172 responsabilidade de elaborar um plano de comunicação interna (aos Conseas Estaduais)
173 e externa (à sociedade em geral), para divulgar todos os preparativos, realização e
174 conclusão da Conferência, como jornal escrito, televisivo e blog. Renato Maluf
175 informou que o Manual está sendo rediagramado e será constado nele os nomes de
176 todos os Conselheiros(as) do Consea. Gleyse Peiter informou que o Consea, por decisão
177 da Mesa Diretiva, encaminhará à Presidência da República o pedido de prorrogação do
178 mandato dos Conselheiros do Consea Nacional, para até 31 de dezembro de 2011. Na
179 Conferência, sairá o procedimento de renovação do Consea. Mas será trabalhado esse
180 processo nas Plenárias que antecedem a Conferência. 3.3 15h10 - Participação
181 governamental e interação política com os Estados – Onaur Ruano, Secretário
182 Executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, relatou as
183 responsabilidades que ficaram a cargo do Governo, sendo: contribuição no
184 financiamento para fazer frente aos custos de organização e realização da IV
185 Conferência Nacional; informou que quase metade dos R\$ 4 milhões que serão
186 aportados à Conferência são advindos de um acordo de cooperação com o MDS e a
187 FAO. Falou da dificuldade de organizar os procedimentos para viabilizar todo o
188 financiamento que custeará a Conferência. Esclareceu que o orçamento para a
189 realização da Conferência Nacional não abrigará as despesas na organização dos
190 encontros temáticos nacionais. Portanto, os encontros temáticos já definidos e os por
191 definir deverão buscar recursos fora da fonte de recursos do MDS. Salientou também
192 que a mobilização para a Conferência Nacional não pode estar desconectada da
193 mobilização para a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
194 Nutricional, que está com arranjo pronto e operativo no plano federal, contudo, não
195 ainda no plano estadual e muito menos no plano municipal. Informou que o Grupo
196 Executivo está discutindo como criar na Conferência um momento em que os
197 Governadores assinem compromisso com o direito humano à alimentação adequada e a
198 implantação dos processos nos seus Estados de forma articulada com o movimento
199 nacional do Sistema, contando com a presença da Presidenta Dilma, da Ministra Tereza
200 Campello e de Renato Maluf. Falou dos Estados que estão em processo de elaboração

201 dos requisitos determinados pelo Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010, que
202 regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional
203 de Segurança Alimentar e Nutricional. Contudo, apenas quatro Estados estão com todas
204 as exigências prontas, faltando apenas a assinatura do compromisso dos respectivos
205 Governadores. A expectativa é chegar no dia da Conferência com, se não todos, uma
206 parte importante dos Estados para que possam seus Governadores assinarem o Termo
207 de Adesão para a Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
208 Nutricional. Anunciou que a Ministra Tereza Campello deverá soltar um ofício
209 informando sobre a questão da adesão especificamente como uma meta de mobilização
210 dos Governadores para que possam fazer a construção, de tal forma que na abertura da
211 Conferência esse processo esteja pronto para assinatura. O palestrante informou da
212 renovação do Pleno Executivo da Caisan, e seus suplentes. Disse que a Caisan terá
213 Comitês Técnicos que tratarão de temas e tarefas específicas. Um desses Comitês
214 Técnicos cuidará da preparação, organização, mobilização e qualificação dos delegados
215 governamentais para a IV Conferência Nacional. Mencionou algumas atividades com a
216 participação dos gestores governamentais na Conferência, como debate, contribuição na
217 construção da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
218 Nutricional. Informou que haverá uma reunião do Pleno Executivo da Caisan, dia 24
219 próximo, e que as possíveis sugestões sobre a organização da Conferência surgidas ali
220 serão apresentadas ao Grupo Executivo do Consea. Renato Maluf informou que foi
221 enviado a todos os Ministérios um ofício com cumprimentos pela nomeação e
222 solicitando audiências com os Ministros para atualizar a agenda do Consea e falar sobre
223 a Conferência. Informou ainda que já aconteceram alguns encontros e outros estão por
224 serem marcados. A palavra foi dada a Pedro Makumbundo Kitoko, que fez um informe
225 sobre Encontro Nacional de SAN, População Negra, Povos e Comunidades
226 Tradicionais, previsto para abril deste ano, mas adiado para os dias 24 a 27 de maio. O
227 adiamento se deveu às dificuldades na resposta dos Ministérios de quantas passagens
228 cada um poderia disponibilizar para os participantes do evento. Por conta dessa
229 dificuldade, o MDS suspendeu o processo licitatório para realização do evento. Segundo
230 Pedro Kitoko, o MDS se comprometeu em garantir a infraestrutura, e informou que o
231 processo está avançado e os recursos disponibilizados. O Conselheiro informou que o
232 MDS enviou ofício ao Consea informando dessa dificuldade, e está aguardando que o
233 Conselho se posicione a respeito. Disse ainda que a CP5 deliberou pedir ao presidente
234 do Consea para convocar uma reunião emergencial, preferencialmente dia 17/03, para
235 tratar dessa questão. A CP5 propôs a Renato Maluf responder ao MDS e solicitar a
236 liberação da licitação. E caso persista a dificuldade de se conseguir as 226 passagens, a
237 CP5 tomará as medidas cabíveis para viabilizar o encontro. O encontro ocorrerá mesmo
238 que com o número de passagens reduzido, mas o número de participantes. Onaur Ruano
239 fez uso da palavra e esclareceu que o apoio do MDS a essa ação aqui exposta por Pedro
240 Kitoko é um compromisso acordado antes de se começar a desenhar a Conferência
241 Nacional. Edno Honorato de Brito também se pronunciou e informou que entregou à
242 Mesa do Consea, ratificado pelos Conselheiros, solicitação de considerar o Encontro
243 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no contexto da Política de
244 Desenvolvimento Urbano um encontro preparatório para a IV Conferência. Para tanto,
245 houve a proposta de se formar um Grupo de Trabalho Intersetorial, composto pelo
246 Consea, Conselho Nacional da Cidade, Ministério das Cidades, Ministério de
247 Desenvolvimento Social, Fórum Nacional de Reforma Urbana e Fórum Brasileiro em
248 Segurança Alimentar e Nutricional para organizar o encontro. O Conselheiro propôs a
249 montagem de um Grupo de Trabalho do Consea para também tratar da organização do
250 evento. Em seguida, ele convidou os Conselheiro(as) interessados em compor o GT

251 para participarem de uma pequena reunião, no intervalo desta Plenária, para
252 conversarem sobre o assunto e escolher o suplente, sendo Edno Honorato o titular, pelo
253 Consea, no GTI. Informou que dia 17/03 haverá uma reunião do Grupo de Trabalho de
254 Organização Ampliada, e convidou os Conselheiros afeitos ao tema do desenvolvimento
255 urbano para participarem dessa reunião. Em seguida, Maria Emília Pacheco informou
256 que o Programa Nacional de Agrobiodiversidade foi incluído no próximo PPA. A
257 Conselheira propôs avançar no debate da agrobiodiversidade, associando este à
258 campanha do Agora é pra Valer do Direito Humano da Alimentação, incorporando de
259 forma mais clara o direito da defesa dos direitos dos agricultores de terem o uso livre da
260 biodiversidade, da troca de sementes, da venda, e incorporando esse debate à dimensão
261 nutricional. Ela lamentou a falta de recursos - mas acredita consegui-los - para realizar
262 uma reunião de caráter nacional para tratar do tema da agrobiodiversidade. Renato
263 Maluf mencionou que as dificuldades apresentadas pelos Conselheiros para a realização
264 de diversos eventos que antecedem a Conferência Nacional não deveriam servir de
265 desestímulos para a realização de qualquer tipo de evento. Maria Emília Pacheco
266 informou que está prevista uma reunião dos povos indígenas, para preparação destes na
267 participação da IV Conferência. Assim, Michele Lessa esclareceu que foi solicitado ao
268 PNUD, OPAS e UNICEF colaboração para a realização dessa reunião de preparação
269 dos indígenas. Foi solicitado um posicionamento formal desses órgãos pelo Consea.
270 Está tudo combinado, e eles afirmaram ter condições de financiar grande parte do
271 evento, no entanto, ainda não formalizaram tudo o que vão poder financiar. Renato
272 Maluf lembrou que a proposta da CP5, para uma reunião no dia 17/03, não poderá ser
273 aceita, pois as passagens não poderão ter suas datas alteradas. Pedro Kitoko se
274 responsabilizou pessoalmente pelo pagamento da alteração da data das passagens. A
275 Comissão dos Presidentes apresentou a preocupação com a falta de recursos dos
276 Delegados da Conferência no trajeto município/capital do Estado de origem, antes de
277 embarcarem para a Conferência Nacional. Para tanto, solicitou que a Subcomissão de
278 Infraestrutura e Mobilização trate dessa questão. A palavra foi aberta à Plenária, sobre a
279 IV Conferência. Renato Maluf ressaltou que o Eixo III, sobre a implementação do
280 Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem que ganhar relevância no
281 debate da Conferência. Regina Silva Miranda falou da importância de o Consea
282 Nacional ter enviado ofício aos Prefeitos motivando-os na cooperação e realização das
283 Conferências Municipais. Contudo, observou a necessidade de se enviar uma segunda
284 edição dessa correspondência aos Conseas Estaduais, falando da importância de um
285 diálogo entre eles e os Prefeitos, e mencionando também da importância da construção
286 do Sistema. Roberto Vicentin, representante do Ministério do Meio Ambiente no
287 Consea, foi apresentado por Renato Maluf, e fez uma saudação aos presentes. E falou da
288 importância de o Programa da Agrobiodiversidade ser revisado mais profundamente, e
289 de discutir o tema com todos os Ministérios envolvidos. Informou que acaba de ser
290 divulgado mais amplamente o Relatório do Relator Especial de Direitos Humanos da
291 ONU, colocando a centralidade e a força da agroecologia como uma alternativa para
292 combater a pobreza e a fome no mundo. Renato Maluf se ausentou da Sessão, para
293 cumprir outros compromissos, passando a substituí-lo na coordenação dos trabalhos,
294 Gleyse Peiter. A Plenária continuou a se manifestar. 15h30 às 15h45 - Apresentação do
295 Livro dos Conselhos Nacionais - Paulo Roberto Maldos - Secretário Nacional de
296 Articulação Nacional da Secretaria Geral da Presidência da República (Este item foi
297 tratado acima por Pedro Pontual). 5. 15h45 às 17h30 - Debate e encaminhamentos: A
298 coordenadora dos trabalhos se posicionou a respeito das manifestações da Plenária: 1)
299 Traslado dos delegados de seus municípios até a capital do Estado e origem: estão
300 sendo pensados mecanismos para resolver a questão. 2) Cartas enviadas ao prefeitos

301 pelo Consea: O Consea Nacional enviará e-mail questionando aos Conseas Estaduais
302 quem deseja receber as cartas e encaminhá-las aos municípios ou o Consea Nacional
303 enviará diretamente aos prefeitos. 3) Quanto ao GT do Consea para tratar da
304 organização do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no contexto da
305 Política de Desenvolvimento Urbano: foi deferido que o GT fique a cargo da CP2. 4.
306 18h00 – Evento Externo: Lançamento do Livro “Fome Zero – Uma História Brasileira”
307 Local: Palácio do Itamaraty, Auditório Wladimir Murinho, 1º Subsolo, Brasília-DF: A
308 Plenária foi suspensa para participação dos Conselheiros no evento de Lançamento
309 Livro. Dia 16/03/2011: Composição da 2ª Mesa: Renato Maluf; Carmem Priscila
310 Bocchi; Ministra Tereza Campello, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
311 Fome; Ana Fonseca, Secretária Extraordinária de Erradicação da Extrema Pobreza do
312 MDS e Marília Leão, Coordenadora do GT Indicadores e Monitoramento. Deu-se
313 continuidade à reunião, neste dia, com a reabertura dos trabalhos pelo Presidente do
314 Consea, Renato Maluf, dando boas-vindas à Ministra Tereza Campello, e aos novos
315 representantes dos Ministérios no Consea e no Pleno Executivo da CAISAN. Renato
316 Maluf informou que no dia anterior a este aconteceu uma audiência com a Ministra
317 Maria do Rosário, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, para tratar do tema dos
318 direitos humanos no Brasil. O Consea, através da Mesa Diretiva, propôs à Ministra
319 Tereza Campello, que aceitou a sugestão de que a primeira Plenária do ano tivesse como
320 tema a participação do Consea na construção do Programa da Erradicação da Extrema
321 Pobreza no Brasil, lançado pela Presidenta Dilma Rousseff. 9h00 – Saudação da
322 Ministra Tereza Campello, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
323 falou da satisfação de estar na função de Secretária Geral do Consea e de sua militância
324 no âmbito dos diversos setores que têm interface de importância para o Consea.
325 Registrou o compromisso da Presidenta Dilma em erradicar a extrema pobreza no
326 Brasil, e reafirmou a importância do Consea. A Ministra se comprometeu com o avanço
327 das políticas na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Falou da importância de
328 assumir o MDS com duas grandes missões: consolidar, avançar e continuar fortalecendo
329 o conjunto das políticas que o MDS já vinha implementando. Nesse aspecto, informou
330 que há duas semanas houve um reajuste no Bolsa Família, priorizando as populações de
331 baixa renda, e fortalecendo as políticas voltadas para crianças e adolescentes.
332 Considerou extraordinário o esforço do Estado Brasileiro de erradicar a extrema
333 pobreza. Para tanto, informou que está sendo criada uma Secretaria Extraordinária
334 Erradicação da Extrema Pobreza e Geração de Oportunidades, Inclusão Social e
335 Produtiva, para cumprir essa meta. A ideia é que o conjunto das políticas públicas
336 executadas pelo Estado Brasileiro possam atingir as populações mais vulneráveis. Para
337 cumprir essa meta ousada e generosa da Presidenta Dilma, segundo a Ministra, o MDS
338 está ganhando uma função de coordenação das políticas sociais com foco na erradicação
339 da extrema pobreza. A grande ideia, a Presidenta Dilma já apresentou, que é a
340 erradicação da extrema pobreza, disse a Ministra. Os Ministérios agora têm que
341 apresentar um plano de trabalho para executar a meta estabelecida. Tereza Campello
342 assumiu compromisso com a construção da IV Conferência Nacional de Segurança
343 Alimentar e Nutricional. Informou que o Governo está instalando fóruns transversais,
344 dentre eles o Fórum de Cidadania e Direitos Humanos, que tratará da organização das
345 Conferências que acontecerão em 2011, dentre elas a IV Conferência de Segurança
346 Alimentar e Nutricional. A Ministra se comprometeu com o Plano Nacional da
347 Segurança Alimentar e Nutricional que está sendo construído pelo Consea e Caisan.
348 Para garantir o cumprimento dessa agenda, há um trabalho longo, e a parceria com o
349 Consea é fundamental, segundo a Ministra. Esta se colocou e o Ministério à disposição,
350 e assumiu o compromisso de estar sempre presente nas Plenárias do Consea e participar

351 ativamente do debate. 9h20 – Desafios para a Erradicação da Extrema Pobreza - Ana
352 Fonseca, Secretária Extraordinária de Erradicação da Extrema Pobreza – MDS, falou de
353 sua felicidade por estar participando desta Plenária, tratando do debate hora
354 apresentado. Mencionou o evento da noite anterior, o que considerou uma visita guiada
355 à história deste País, com a presença de várias pessoas que lidam o tema da alimentação.
356 Confirmou a posição da Ministra Tereza Campello de não se ter um plano para
357 apresentar, mas sim muitas ideias a debater. Afirmou que a ação do Governo da
358 Presidenta Dilma está organizada em 4 Eixos Estratégicos: infraestrutura,
359 desenvolvimento econômico, direitos e cidadania, e erradicação da extrema pobreza.
360 Esses eixos apontam para um novo ciclo de desenvolvimento sustentado com
361 estabilidade, distribuição de renda, acesso a serviços, inclusão produtiva e convergência
362 entre ações universais e ações focalizadas. O Plano pensado tem o objetivo de ampliar o
363 bem-estar social. Segundo a palestrante, o bem-estar social não é medido somente pelo
364 PIB, pois a renda é um indicador fraco para se medir a pobreza. Outras formas de
365 medição da pobreza é insuficiência de renda, de água para beber e produzir, de energia
366 elétrica e acesso a ela, insegurança alimentar e formas precárias de inserção no mercado
367 de trabalho. Para solucionar problemas, Ana Fonseca, falou que a Secretaria
368 Extraordinária de Erradicação da Extrema Pobreza, juntamente com os Ministérios, está
369 em busca ativa pelas pessoas que têm direito de ter acesso a uma renda e ainda não
370 exercitam esse direito. Também estão localizado nos territórios os vazios institucionais
371 que contribuem para a reprodução da extrema pobreza. Segundo Ana, um objetivo da
372 Secretaria é a capacitação, treinamento e identificação de oportunidades para geração,
373 ocupação e renda no mundo do trabalho. Disse que o MDS tem se empenhado em
374 apurar informações que ajudem na elaboração de planos que fomentem a erradicação da
375 extrema pobreza. Mencionou vários programas importantes para a Segurança Alimentar
376 como, o Bolsa Família, Rede de Equipamentos, o Programa de Aquisição de Alimentos
377 e o Programa Nacional Alimentação Escolar. Considerou um bom desafio posto pela
378 Presidenta Dilma, o da erradicação da extrema pobreza, e que a Secretaria
379 Extraordinária irá ajudar enfrentá-lo. Para tanto, Ana Fonseca disse da necessidade de
380 interlocução, apoio e sugestões do Consea e de outras instituições; e que também é
381 necessário diálogo entre os mais distintos institutos para que se faça do Brasil um País
382 rico. 10h00 - Contribuições do Consea para a Erradicação da Extrema Pobreza – Marília
383 Leão, Coordenadora do GT Indicadores e Monitoramento do Consea, Começou sua fala
384 enfatizando que os interesses e demandas defendidos pelo Consea são amplos e em
385 muitos casos representam dívidas sociais históricas ainda não liquidadas pelos
386 Governos e sociedade brasileiros. Por essa razão, foi elaborado um documento, para se
387 entender em que estágio o Consea está em relação à realização do Direito Humano à
388 Alimentação no Brasil. O Documento coloca que o Fome Zero permitiu, dentre outros
389 avanços, reconstruir o debate, no Estado e na sociedade civil, da Segurança Alimentar e
390 Nutricional, e aprovar leis como a LOSAN e outros, e aprimorar programas e políticas;
391 e consolidar o princípio da alimentação como um direito universal no Brasil, com a
392 aprovação da Emenda Constitucional 64. A palestrante registrou que muitas coisas
393 foram feitas, a partir do Fome Zero, no campo da fome e da pobreza, tais como geração
394 de renda, emprego, aumento do salário mínimo, incentivo ao primeiro emprego, política
395 habitacional, incentivo a agricultura familiar e intensificação da reforma agrária,
396 contudo, considera que ainda há muito a ser feito. Para isso, ela sugeriu ao MDS e ao
397 Governo que não se afastem dos objetivos originais do Fome Zero. Lembrou que o
398 Consea trabalha sob um quadro de referência dos direitos, em especial do direito
399 humano à alimentação. Nesse sentido, a extrema pobreza é a condição humana onde
400 todos os direitos humanos são violados. Disse ela que é responsabilidade do Estado

401 evitar essas violações. Considerou audaciosa e difícil a meta colocada pelo Governo
402 Dilma de erradicar a extrema pobreza. Marília Leão informou que a Ação Brasileira
403 pela Nutrição e Direitos Humanos vem trabalhando, desde 2004, com comunidades
404 extremamente pobres, permitindo constatar questões muito delicadas e importantes para
405 se vencer a extrema pobreza. Pois além dos obstáculos materiais de violações de
406 direitos, existem os obstáculos ideológicos e culturais. Assim, a ABRANDH entende
407 que não haverá combate à pobreza se não houver mudança cultural na sociedade
408 brasileira em relação a como olhar para ela. Quanto à renda e acesso à alimentação, o
409 Consea entende ser uma questão central, mas não exclusiva, no combate à pobreza.
410 Dados do estudo apresentado pela palestrante mostra que cerca de 10,5% das pessoas
411 vivem em situação de extrema pobreza, vivendo com um quarto do salário mínimo. Por
412 isso, o Conselho defende os programas de transferência de renda. Marília Leão, em
413 nome do GT Indicadores e Monitoramento, sugeriu que o Bolsa Família ascenda à
414 condição de política pública legalmente integrante do sistema de proteção social,
415 garantindo uma renda mínima a todos que não auferem renda suficiente para sua
416 sobrevivência, seja de maneira continuada ou eventual. O Programa também precisa de
417 instrumentos legais que garantam a atualização monetária dos valores transferidos por
418 meio de índices de referências e prazos pré-determinados. Outra recomendação especial
419 ao Bolsa Família: é preciso assegurar a essas famílias o acesso aos direitos sociais
420 básicos. Marília informou que o Brasil tem assumindo posições de vanguarda na
421 questão da fome, contudo, a palestrante considera que pode se fazer muito mais. A
422 Política Nacional de Alimentação e Nutrição precisa ser republicada e aprimorada
423 conforme o novo programa de Governo, segundo a oradora. Esta ressaltou três pontos
424 considerados críticos que o relatório apresenta: 1) Grave situação nutricional vivida por
425 alguns povos indígenas. 2) O Brasil é o que mais compra agrotóxicos no mercado
426 internacional. 3) A fome vem diminuindo no Brasil, embora ainda persistindo em
427 alguns territórios, especialmente, em mulheres e crianças. Para o enfrentamento de
428 todos os desafios elencados pelo GT Indicadores e Monitoramento, como para assegurar
429 os progressos conquistados até agora, o Consea apresentou uma demanda especial ao
430 Governo Dilma: o cumprimento e a implementação do Decreto nº 7.272, que
431 regulamenta a Política, o Plano e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar. A
432 palestrante disse que a composição intersetorial de espaços de participação como
433 CONSEA e outros Conselhos são importantes nesse debate. Para ela, a principal
434 contribuição do Consea na erradicação da extrema pobreza é a implementação do
435 Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios. A
436 Conselheira ofereceu todo o apoio, dedicação e espaço de debate do Consea para tratar
437 o tema. Renato Maluf retomou a palavra e solicitou aos Conselheiros Nacionais que
438 preencham e devolvam o questionário sobre a pesquisa do IPEA, sobre participação em
439 Conselhos. Reafirmou que a Secretaria Geral da Presidência da República tem a
440 possibilidade de encaminhar aos interessados maior quantidade de exemplares do livro
441 Conselhos Nacionais. Informou aos interessados, que haverá uma reunião do Grupo de
442 Trabalho de Organização do Encontro Temático de Segurança Alimentar no Contexto
443 da Política e Desenvolvimento Urbano, dia 17 de março, às 9h30, na sala 103 do Anexo
444 I da Presidência da República. 10h20 - Debate e encaminhamentos: A palavra foi
445 franqueada à Plenária, começando a se manifestar Renato Maluf, que considerou
446 complexa e difícil a meta de erradicação da extrema pobreza, contudo absolutamente
447 factível. Para ele, é preciso valer-se das dinâmicas sociais de políticas já em curso.
448 Considerou que os alimentos, como um componente ordenador de estratégia de
449 desenvolvimento talvez sejam uma das principais conexões da discussão entre pobreza e
450 desenvolvimento. Salientou que o Consea tem trabalhado na ideia da recuperação de

451 uma concepção de abastecimento que está também no centro do debate da erradicação
452 da pobreza. Renato Maluf considerou a necessidade de os responsáveis pelo diálogo da
453 erradicação da extrema pobreza insistirem na interlocução com Conselhos e espaços de
454 organizações sociais. Na sequência, Francisco Menezes se pronunciou, considerando a
455 comunicação sobre a erradicação da extrema pobreza vital para o êxito da empreitada.
456 Disse que desde que a Presidenta apresentou a ideia, tem havido tentativas de confundir
457 a opinião pública sobre o que é erradicação da pobreza extrema e erradicação da
458 pobreza. O segundo ponto mencionado por Chico é como que o Consea se ajustará, em
459 2011, para tratar o tema aqui abordado. Para ele, a questão da erradicação da pobreza
460 extrema deve ser o tema principal para este ano. Disse da importância de se trabalhar a
461 diversidade da pobreza extrema e discuti-la nos seus diversos aspectos. Chico Menezes
462 colocou, para ser tratada pelo Governo, a questão das catástrofes ambientais ocorridas
463 no Brasil. O que, segundo ele, tem reflexo direto no campo da segurança alimentar e
464 nutricional, gerando consequências igualmente catastróficas. A Plenária continuou se
465 pronunciando a respeito das apresentações feitas, mencionando a necessidade de
466 demarcação das terras e segurança alimentar indígena e de discutir a questão das
467 mulheres e crianças indígenas, que estão doentes por falta de alimentação adequada.
468 Falou da importância de a sociedade civil ter, no Consea, um espaço de diálogo, com
469 proposições e recomendações, com o Governo. Falou-se das diversas ações
470 desenvolvidas no tema do direito humano à alimentação e da importância do Territórios
471 e Cidadania; da ocupação irregular da terra; das organizações sociais como parceiras
472 para a erradicação da extrema pobreza. Foram feitas observações ao conteúdo do
473 Programa de Erradicação da Extrema Pobreza, questionamentos e sugestões ao o
474 mesmo. A palavra foi devolvida à Ministra Tereza Campello, se posicionou quanto às
475 manifestações da Plenária. Falou das matérias que envolvem obesidade, agrotóxico e
476 alimentação saudável são questões do Estado Brasileiro, e estratégicas no SESAN. A
477 Ministra propôs outro momento para discutir a estratégia do MDS no que se refere à
478 Agenda da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Disse que o Ministério está
479 fortalecendo suas políticas para além da agenda do Plano de Erradicação da Extrema
480 Pobreza. Esclareceu que para o MDS o Fome Zero não é uma agenda superada e
481 vencida, ao contrário, ao afirmar que a Lei Orgânica da Assistência Social e o Sistema
482 Nacional de Segurança Alimentar estão sendo fortalecidos, está sendo dada sequência
483 ao Fome Zero. Quanto ao Plano de Erradicação, a Ministra considera fundamental
484 discutir a extrema pobreza neste momento em que o Brasil cresce em todas as áreas. A
485 Ministra considerou a importância de todo o conjunto do Estado Brasileiro se envolver
486 nessa agenda, e tomar uma atitude para que populações historicamente excluídas,
487 pobres, também tenha acesso ao conjunto dos serviços públicos. Ela enfatizou que por
488 mais que esse Plano seja amplo e incorpore o conjunto de dimensões, ele não poderá ter
489 milhares de ações pulverizadas, senão não serão possíveis atuação e monitoramento
490 eficazes. A Ministra falou dos diversos meios que se bem trabalhados poderão diminuir
491 as desigualdades regionais, segundo ela. Informou que o Mapa da Pobreza trabalhado
492 pelo MDS tem a preocupação de não ser pasteurizado. Concluiu sua fala, reforçando a
493 ideia de que o Consea é um dos fóruns estratégicos para dialogar sobre o Plano de
494 Erradicação da Pobreza Extrema. A Ministra Tereza Campello se retirou da reunião.
495 Passando a substituí-la, Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e
496 Nutricional do MDS. A Plenária continuou a se manifestar. A palavra foi devolvida a
497 Ana Fonseca, que se manifestou em relação ao posicionamento da Plenária: 1) Diálogo
498 com as Universidades para o Plano é fundamental: informou que nos dias 16 e 17 de
499 março de 2011 haverá uma reunião com o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das
500 Universidades do Brasil, que tratará da formação do corpo de alunos, para conhecer as

501 realidades locais, e apoiar os serviços, participar de qualificação e capacitação. 2) Como
502 pensar o combate à pobreza extrema na perspectiva do desenvolvimento econômico e
503 social: Desenvolvimento sustentável com inclusão e transferência e com direitos,
504 segundo ela. 3) Está sendo pensado pelo Plano de Erradicação da Extrema Pobreza uma
505 política de microcrédito, na capacitação dos agricultores familiares, nas sementes
506 crioulas e nos assalariados rurais informais. 4) Informou que tem uma agenda com
507 Roberto Vicentin, do Ministério do Meio Ambiente, para tratar dos pagamentos de
508 serviços ambientais. 5) A consertação com os gestores estaduais e municipais também
509 está na agenda do Plano. Esclareceu que o Plano não substitui as políticas setoriais. 6)
510 Preocupação com a educação, produção, crédito, capacitação, compra e venda de
511 produtos no campo. 7) O tema das mulheres e das crianças preocupa os integrantes do
512 Plano. 8) Segundo Ana, o direito não está corporificado na pessoa, esta precisa lutar por
513 isso. 9) Elaboração do nome do Plano de acordo com o art. 3º da Constituição Federal
514 Brasileira e do art. 25 da Convenção dos Direitos Humanos. 10) A comunicação é
515 fundamental para transmitir a ideia do Plano, como disse Chico Menezes. 11) Casar o
516 mapa da pobreza com o mapa de oportunidades com inclusão produtiva e acesso a
517 serviços. A palestrante pôs-se à disposição do Consea para tratar o tema em outros
518 momentos. 12) Informou que passará aos responsáveis a questão sobre a demarcação
519 das terras indígenas. 13) Considerou fundamental para o MDS o tema da criminalização
520 das organizações da sociedade. Na sequência, Maya Takagi cumprimentou os presentes
521 e considerou a importância de reencontrar colegas, e estar juntos assumindo esse novo
522 desafio, que entende como uma segunda etapa do Fome Zero. Falou da importância do
523 Fome Zero, que a partir dele foram concretizados projetos, e políticas foram
524 universalizadas. O desafio agora é fazer com que a base já criada chegue ao público
525 ainda não atingido. Ela pôs-se à disposição do Consea e de seus Grupos de Trabalho
526 para discutir os vários temas postos em pauta. Marília Mendonça Leão comentou que os
527 mecanismos da Administração Pública para fazer as políticas chegarem à ponta são
528 muito arcaicos; o nível de responsabilização dos dirigentes estaduais e municipais é
529 muito baixo. Falou da importância de se fazer o empoderamento dos titulares dos
530 Programas, fazendo com que as políticas elaboradas e formuladas incluam mecanismos
531 de reclamação das pessoas que têm direito. Encaminhamentos: 1) Marília Leão fará
532 revisão do texto de contribuição do Consea para a Erradicação da Extrema Pobreza,
533 elaborado pelo GT Indicadores e Monitoramento. O Documento irá para a página do
534 Consea, na Internet. 2) Exposição de Motivos à Presidenta a partir do texto do GTI,
535 considerando o apoio do Consea ao tema da erradicação da extrema pobreza, e
536 apresentando contribuições. Intervalo Almoço – 13h a 14h. Composição da 3ª Mesa:
537 Renato Maluf; Carmem Priscila Bocchi e Maya Takagi, Secretária Nacional de
538 Segurança Alimentar e Nutricional do MDS. Os trabalhos foram reabertos, na parte da
539 tarde, com uma homenagem a Carmem Priscila Bocchi e Laura Janice Xavier
540 Fernandez, com a leitura de um belo texto, feito por Gleyse Peiter. Na sequência, Laura
541 e Priscila receberam buquês de flores. Foi apresentado um *slide* com fotos de vários
542 momentos das duas. Emocionadas, elas agradeceram as homenagens e falaram de seus
543 trabalhos e trajetórias no Consea. Passou-se aos encaminhamentos das Instâncias do
544 Consea. 1) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação Adequada -
545 Elisabetta Recine informou que houve uma audiência do Consea com a Secretária
546 Especial de Direitos Humanos. E um dos assuntos ali tratados foi a situação da
547 Comissão Especial de Violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada. A
548 Comissão tem a missão de receber denúncias de violações de direitos humanos,
549 averiguar, documentar, registrar e mandá-las ao Conselho de Defesa dos Direitos da
550 Pessoa Humana, e este encaminhá-las aos setores responsáveis para que dêem conta de

551 reparar aquela violação. No entanto, existe hoje a ameaça de que essa Comissão seja
552 encerrada. Recine informou que foi discutido com a Secretária Especial, caso a
553 Comissão fosse fechada, qual seria a possibilidade de dentro da Secretaria existir uma
554 instância para receber as denúncias de violação ao direito à alimentação. A Secretária
555 informou que essa demanda tem que entrar na estrutura da Secretaria Especial de
556 Direitos Humanos. Para ajudar na solução do problema, a Comissão do Consea, naquela
557 audiência, propôs à Secretária Especial enviar à Presidenta da República uma Exposição
558 de Motivos pedindo que exista uma instância permanente para receber denúncias de
559 violação ao direito humano à alimentação. Para tanto, foi solicitada autorização da
560 Plenária para uma proposta de texto, que seria analisada pela Mesa Diretiva, dessa
561 Exposição de Motivos, sem precisar voltar para a Plenária. Encaminhamento: A
562 Plenária deliberou pela aprovação da proposta. 2) Comissão Permanente 2 - Segurança
563 Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Gleyse Peiter propôs a
564 criação de um Grupo de Trabalho, do Consea e convidados, para discutir sobre gêneros
565 e Segurança Alimentar e Nutricional. Encaminhamento: A Plenária deliberou pela
566 aprovação da proposta. 3) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e
567 Povos e Comunidades Tradicionais - Edno Honorato de Brito informou que a CP5 irá
568 elaborar um documento orientador para informar aos Consea Estaduais como será o
569 processo de escolha dos representantes que irão participar do Encontro Nacional da
570 População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais. Disse que a CP5 discutiu a
571 possibilidade de ela se envolver no processo de mobilização das Conferências Estaduais
572 e Municipais. Falou dos embaraços surgidos pelo contingenciamento de passagens feito
573 pelo Governo Federal, que está comprometendo a realização do Encontro Nacional de
574 Populações Negra, Povos e Comunidades Tradicionais. Para resolver a questão, a CP5
575 apontou três medidas emergenciais: a) Envolvimento maior de Renato Maluf no diálogo
576 com os órgãos competentes para garantir as passagens. A infraestrutura do evento está
577 garantida pelo MDS. Mas este só pode divulgar o edital de realização do evento quando
578 a questão das passagens esteve resolvida. b) Solicitou uma agenda do Presidente do
579 Consea e Ministros para dialogar sobre a questão das passagens. c) Haver um diálogo
580 com organismos internacionais, com apoio do Presidente do Consea. Edno Honorato
581 propôs a criação de um Grupo de Trabalho do Consea sobre Segurança Alimentar no
582 Contexto da Política Urbana, com representação das Comissões Permanentes.
583 Encaminhamento: a) A Plenária deliberou por aprovar a criação do GT de Segurança
584 Alimentar no Contexto da Política Urbana em maio, quando a proposta será mais bem
585 apresentada e fundamentada. b) Renato Maluf aceitou se envolver mais com os órgãos
586 que farão parte da realização do Encontro Nacional de Populações Negra, Povos e
587 Comunidades Tradicionais. c) Sobre a agenda com os Ministros para tratar do mesmo
588 tema, Renato Maluf informou que o assunto já foi conversado com o MDS e MMA.
589 Solicitou saber com quais outros Ministérios deveria falar. d) O Presidente do Consea
590 considerou a possibilidade de uma agenda com as representações internacionais para
591 tratar do Encontro. 4) Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos
592 Povos Indígenas - Antônio Ricardo Domingos da Costa, informou que a CP6 propôs a
593 elaboração de um ofício, do Consea Nacional aos Conseas Estaduais, reforçando a
594 importância e qualificando a participação indígena nos Conseas Estaduais e informando
595 os contatos deles e também garantindo a participação indígena na Conferência
596 Nacional; articulação com a Comissão Nacional de Política Indigenista e inclusão da
597 pauta de Segurança Alimentar e mobilização para a participação indígena nos
598 CONSEAs Estaduais e na Conferência Nacional. Informou que será realizada, no dia 13
599 de abril, uma reunião extraordinária da CP6, com diversos convidados, para discutir
600 questões que serão levadas à IV Conferência Nacional e o Inquérito Nacional dos Povos

601 Indígenas, dentre vários outros assuntos. Encaminhamento: A Plenária deliberou pela
602 aprovação da elaboração do ofício e da realização da reunião extraordinária. José de
603 Ribamar de Araújo e Silva julgou que o Consea não deveria aceitar pacificamente a
604 questão do contingenciamento das passagens e despesas imposto pela Presidenta Dilma.
605 Renato Maluf considerou prematura uma manifestação do Consea sobre o assunto,
606 posto que as informações não estão todas postas à Mesa. Edna Gasparina dos Santos,
607 Assessora Administrativa do Consea Nacional, informou que sempre foi proibido mexer
608 em bilhetes do Governo. Antes, podia haver alteração de data da passagem por demanda
609 do Consea. Hoje, esse procedimento não é mais permitido. 5) Grupo de Trabalho
610 Abastecimento - Carmem Priscila Bocchi informou que está em tramitação na Comissão
611 de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal um Projeto de Lei que cria a
612 Política Nacional de Abastecimento, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que não
613 atende às expectativas do Consea em relação à Política Nacional de Abastecimento.
614 Disse que desde 2008, o Consea tem acompanhado essa tramitação e vem discutido a
615 possibilidade de fazer um substitutivo ao Projeto de Lei. A CONAB começou a elaborar
616 uma proposta de substitutivo, usando um documento elaborado pelo Consea, em 2005,
617 onde constam as diretrizes para uma Política Nacional de Abastecimento. O GT
618 apresentou alguns encaminhamentos em relação ao PL: 1) Consea encaminhar ofício à
619 Caisan, solicitando que esta lidere um processo de articulação em torno do substitutivo
620 que será apresentado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 2) Realizar uma
621 reunião ampliada do GT Abastecimento, mapeando atores relevantes que possam
622 contribuir e aperfeiçoar mais na elaboração desse substitutivo. Para tanto, solicitou da
623 CAISAN ajuda para o financiamento da reunião. 3) Realização de um seminário, em
624 maio de 2011, para discutir a Política Nacional de Abastecimento. Maya Takagi
625 informou que a discussão sobre o PL Abastecimento já está na pauta da próxima
626 reunião da Caisan. 6) Comissão dos Presidentes Estaduais - Pedro Makumbundo Kitoko
627 informou que o Consea Tocantins enviou à Comissão de Presidentes, e esta apresentou ao
628 Consea Nacional, a questão dos quilombolas do Tocantins. A Comissão apresentou à
629 Plenária uma proposta em relação aos conflitos no âmbito do etnodesenvolvimento,
630 informando que nos últimos 30 anos, unidades de conservação foram criadas na região
631 do Jalapão, Estado do Tocantins, objetivando a preservação de amostras de
632 ecossistemas e proporcionando o desenvolvimento de pesquisas científicas, sendo
633 admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Partes da área dessas
634 unidades de conservação foram criadas sobrepondo territórios tradicionais de
635 comunidades quilombolas. Agora o Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins e o
636 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio vêm impedindo as
637 comunidades de praticarem suas atividades produtivas de subsistência, o que as está
638 colocando em situação de insegurança alimentar e nutricional. A proposta é que o
639 Consea Nacional se posicione sobre um evento relativo aos conflitos em uma unidade
640 de conservação, onde há uma comunidade de quilombolas que está proibida de
641 desenvolver suas atividades. Encaminhamento: Transformar o documento apresentado
642 em Exposição de Motivos, e enviá-la à Presidenta da República e Sistema Nacional de
643 Segurança Alimentar e Nutricional, relatando a questão do Jalapão, e um balanço do
644 que ocorre no Brasil sobre a mesma questão. Solicitar à ICMBio que participe da
645 próxima Plenária para dar explicações sobre o caso. Renato Maluf informou que a
646 Secretaria Executiva do Consea resolveu alterar os 5.565 ofícios e enviá-los diretamente
647 aos prefeitos, no sentido de motivá-los na cooperação e realização das Conferências
648 Municipais. 9. 14h15h às 15h30 – Avaliação da atuação do Consea em 2010 -
649 Apresentação pelas Comissões Permanentes: As Comissões Permanentes foram
650 solicitadas a fazer o balanço da atuação do Consea, em 2010, e proposições para a

651 programação de 2011. A Mesa Diretiva recolherá as sistematizações feitas pelas
652 Comissões, avaliará e apresentará à Plenária do Consea. 1) Comissão Permanente 1 -
653 Regulamentação e Institucionalização do Sisan e Comissão Permanente 3 - Política e
654 Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional – Sônia Lucena de Andrade
655 informou que quanto à avaliação e atuação do Consea, as CPs 1 e 3 entendem que do
656 ponto de vista da avaliação Política, foram alcançadas as metas definidas pelas CPs,
657 como a aprovação do Decreto 7272/2010 que regulamentou a LOSAN, a Política e o
658 Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Ressaltou a visibilidade e o exemplo do
659 Consea no plano mundial, tendo seu papel reconhecido nacional e internacionalmente.
660 Dentro da dinâmica de funcionamento do Consea, as Comissões entendem que o
661 trabalho da Secretaria Executiva foi exemplar, pela dedicação e eficiência de todos os
662 seus membros. A Mesa Diretiva é considerada uma instância importante de
663 compartilhamento das decisões da Presidência, contudo, falta comunicação entre a Mesa
664 Diretiva e o restante do Consea. Em relação à avaliação das CPs 1 e 3, os objetivos de
665 regulamentar a formulação do SISAN e do Plano foram consagrados no Decreto. A
666 prioridade agora é acompanhar o Plano de SAN e sua inserção no PPA e a
667 implementação nos Estados e Município naquilo que for possível ser feito no Consea
668 Nacional. Quanto às pautas, as Comissões entenderam que são extensas e há pouco
669 tempo para discuti-las nas reuniões. Em relação aos temas estratégicos para o Consea
670 2011, as duas Comissões concordaram que parte do que foi colocado por elas está
671 contemplado na consolidação já apresentada pela Secretaria Executiva. As CPs apóiam
672 o documento apresentado pelas Organizações da Sociedade Civil sobre a liberação de
673 organismos geneticamente modificados. 2) Comissão Permanente 2 - Segurança
674 Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento - Gleyse Maria Couto
675 Peiter começou sua fala dando parabéns pelo trabalho executado pela Secretaria
676 Executiva do Consea. Observou que o Consea é considerado uma aliança internacional
677 contra a fome. Assim, há o reconhecimento do Consea, em nível internacional, pela sua
678 interlocução com sociedade e Governo, e sua atuação fora do Brasil. Considerou que a
679 participação da sociedade civil na CP2 foi intermitente, por isso, solicitou mais
680 constância em sua participação. Concordou com o pouco tempo para tratar as pautas
681 propostas nas reuniões. Quanto, aos resultados da CP2, avaliou-se positivo os trabalhos
682 da Comissão. A CP2 julgou que o Consea precisa monitorar melhor o andamento das
683 Exposições de Motivos. 3) Comissão Permanente 4 - Direito Humano à Alimentação
684 Adequada - Elisabetta Recine informou que em relação à avaliação do Plano Político do
685 Consea, a CP4 concorda com os pontos já colocados. Considerou que muitas vezes a
686 comunicação entre Secretaria e Conselheiros fica um pouco fragmentada. Comentou
687 que a agenda da Plenária é irreal e prejudica o debate, e que muitas discussões que
688 acontecem nas CPs vêm para a Plenária de uma maneira pontual, fragmentada e
689 superficial. Disse que foi identificado na CP4 que a Agenda Internacional, concentrada
690 no Grupo de Trabalho Internacional, é uma agenda que pertence a todas as CPs. Por
691 isso, julgou necessário encontrar meios para que o Grupo de Trabalho Internacional
692 compartilhe, leve e receba as discussões da agenda internacional de maneira mais
693 ampla, com as preocupações de cada uma das CPs. Segundo a CP4, o funcionamento da
694 Mesa Diretiva contribuiu para organizar as ações do Consea, discutir a pauta e
695 encaminhamentos políticos. Sugeriu aprofundar qual expectativa se tem em relação à
696 forma de comunicação da Mesa Diretiva e Conselheiros. Considerou brilhantes os
697 trabalhos do Presidente do Consea, Secretaria Executiva e Assessoria de Comunicação.
698 Explicou que a Secretaria Executiva faz o monitoramento das Exposições de Motivos,
699 contudo julgou que talvez não esteja sendo comunicado isso aos Conselheiros. A CP4
700 solicitou a divulgação de um chamamento para que os diferentes representantes de

701 Governo se engajem de maneira cotidiana nos trabalhos das Comissões. Elisabetta
702 solicitou que os Conselheiros, do Governo e Sociedade Civil, renovem suas
703 explicitações de qual Comissão estão participando. Em relação à sistematização
704 apresentada, disse que no arquivo que a CP4 enviou à Secretaria, muitas coisas
705 precisam ser tiradas, pois eram prioridades de 2010. A CP4 definiu como estratégia para
706 2011, reforçar o processo de interlocução com os Conselhos Estaduais, no sentido de
707 fortalecer as iniciativas das Comissões de Direito Humano dos Conseas Estaduais, e
708 fortalecer o processo de discussão de Direito Humano nos documentos da Conferência.
709 A CP4 propôs que o GT Desdobramento da Emenda Constitucional comece a se reunir
710 no âmbito desta CP. Complementando a fala de Elisabetta Recine, Irio Luiz Conti
711 informou que em relação ao GT Desdobramento da Emenda Constitucional 64, a
712 constatação e avaliação talvez seja similar à das outras Comissões: certa instabilidade da
713 participação do Conselheiros, e convergência de temas comuns em relação à CP4 e ao
714 GT Desdobramento. Após consultas feitas aos membros do GT, se entendeu que é mais
715 efetivo e mais integrador fazer um processo de sinergia de esforços e de recursos no
716 sentido de a CP4 se reunir conjuntamente com o GT Desdobramento. 4) Comissão
717 Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais -
718 Edno Honorato de Brito informou que a CP5 se deteve ao balanço de 2010, fazendo
719 uma análise dela própria no que diz respeito à sua participação e representação,
720 considerando uma rica representação, porém essa representação não está se fazendo
721 presente nas discussões da CP. Solicitou que os representantes da sociedade civil e
722 governamental se façam presentes nas discussões da CP. A CP5 identificou dificuldades
723 de a atual coordenadora não estar participando das reuniões. Diante disso, a CP5
724 indicou Edno Honorato como coordenador provisório, até a próxima reunião, quando
725 será eleita nova coordenação. Em relação às principais ações desenvolvidas em 2010, a
726 CP5 parabenizou pelo documento elaborado pela Secretaria, e solicitou destacar que no
727 Rio Grande do Sul somente 120 pessoas da população negra assinaram o abaixo-
728 assinado da FAO de 1 Milhão de Famílias; mencionar no Documento o Encontro de
729 Quilombolas das Américas, e participação da CP5 no GT de Distribuição de Alimentos
730 para os Grupos Específicos e no GT Desafios de Acesso ao PAA para os Povos e
731 Comunidades Tradicionais, e participação em oficinas específicas dos Povos e
732 Comunidade Tradicionais, e também a inclusão do Evento Futebol Contra a Fome.
733 ACP5 não conseguiu fazer o debate sobre o planejamento do Consea para 2011,
734 contudo, alguns pontos foram levantados, e que serão mais bem apresentados na
735 próxima Plenária. 5) Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos
736 Povos Indígenas - Antonio Ricardo Domingos da Costa concluiu que a participação da
737 CP6 foi mais fortalecida e que o Governo foi mais participativo. Falou da necessidade
738 de se monitorar o acompanhamento das Exposições de Motivo de 2010, que tiveram a
739 participação da CP6, como a que trata da questão de terra e territórios e
740 etnodesenvolvimento. Avaliou que as Comissões Permanentes do Consea tiveram maior
741 participação nas discussões da CP6. Considerou-se negligente com sua interação com a
742 Secretaria Executiva, pois o Conselheiro não tem acesso constante à Internet.
743 Parabenizou os trabalhos da Secretaria. Disse também que a Presidência do CONSEA
744 se achegou mais à CP6, em 2010. Parabenizou Renato Maluf por isso. Solicitou incluir
745 no Planejamento a questão de Dourados, Mato Grosso do Sul. Renato Maluf propôs
746 enviar uma Comissão Técnica a Dourados, para levantar todas as questões ali vividas. O
747 Consea tratará do assunto junto à Cooperação Espanhola e MDS, para saber qual
748 iniciativa se pode tomar, e saber o que já está sendo feito. Propôs convidar a
749 Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS para participar de uma reunião da Mesa
750 Diretiva. 6) Comissão dos Presidentes de Conseas Estaduais – Regina Maria de V.

751 Carvalhaes de Oliveira informou que não foi possível tratar do Planejamento. Solicitou
752 que o Consea garanta a presença dos Presidentes Estaduais na IV Conferência; e que os
753 Conseas Estaduais indiquem suas comunidades tradicionais para serem avaliadas e não
754 o MDS fazer a interlocução direta com essas entidades. A Comissão de Presidentes
755 considerou que o espaço onde são realizadas as reuniões é muito bom, contudo não é
756 adequado para os trabalhos da Comissão. Para tanto, solicitou uma sala mais apropriada
757 ou adequação do auditório. Solicitou também que sejam servidos lanches à Comissão de
758 Presidente durante seus trabalhos. Solicitou a presença de um representante da
759 Secretaria Executiva durante a reunião da Comissão. Salientou que na próxima reunião
760 a Comissão tratará melhor do Planejamento. Conclusão: 1) As Comissões fizeram um
761 balanço positivo de todas as instâncias do Conselho. 2) Avaliação positiva da Secretaria
762 Executiva e do Presidente do Consea. 3) Refletir a relação da Mesa Diretiva com os
763 Conselheiro(as) e da Plenária com as Comissões. 4) Fazer com que as Plenárias reflitam
764 melhor a riqueza do debate das Comissões. 5) Não houve propostas de alteração
765 substantiva na organização das instâncias, e sim absorção e criação de GTs. 6) É feito o
766 acompanhamento e sistematização das Exposições de Motivos pela Secretaria
767 Executiva, contudo, falta uma elaborar uma maneira de como tratar o assunto. 7)
768 Quanto à programação de 2011, julgou-se que ela reflete o que foi discutido pelas
769 Comissões. 8) Irio Luiz Conti propôs tratar os seguintes tópicos como prioritários no
770 Planejamento 2011: Preparação da IV Conferência; construção do Plano e Sistema
771 SAN; PPA; Políticas de Abastecimento; Campanha pela efetivação do Direito Humano
772 à Alimentação Adequada; fortalecimento dos Conseas; direito Terra, água, territórios e
773 soberania alimentar. 9) Todas as contribuições foram recolhidas, e serão levadas à Mesa
774 Diretiva, quando serão reorganizará e sistematizadas, e serão reunidas em blocos. Edna
775 Gasparina dos Santos esclareceu que as reuniões da Comissão de Presidentes não
776 podem ser em outro espaço, pois só auditorio possui sistema de sonorização e gravação
777 de áudio. O lanche só pode ser liberado para reuniões que contem com a presença de
778 Ministros. José de Ribamar de Araújo e Silva retomou a palavra e informou que a CP5
779 tem a necessidade de um Regimento Interno das Comissões Permanentes do Consea. Ao
780 que Renato Maluf esclareceu que no Regimento Interno do Consea constam
781 normatizações sobre as Comissões, e sugeriu revisá-lo naquilo que for preciso. Maya
782 Takagi reafirmou ser um problema a participação do Governo nas reuniões. Fez uma
783 análise sobre isso, e se comprometeu em reforçar, na Caisan, a participação do Governo
784 nas reuniões do Consea. Propôs também discutir na Mesa Diretiva uma forma de
785 melhorar a participação do Governo no Consea. Sobre as comunidades tradicionais
786 diretamente ligadas ao MDS, que recebem cestas básicas e assistência alimentar,
787 mencionadas por Regina Oliveira, e que nem sempre estão dentro do Consea, Maya
788 solicitou encaminhar a questão ao MDS. Regina Oliveira fez uso da palavra novamente,
789 e informou que a Comissão de Presidentes solicitou ao Consea Nacional enviar um
790 ofício orientando os Conseas Estaduais que permaneçam com seus presidentes até o
791 final da IV Conferência. Ao que Renato Maluf esclareceu que o Consea Nacional não
792 tem como fazer isso e não deve fazê-lo. Outro questionamento feito por Regina Oliveira
793 é se presidente de Consea Estadual poderia ser delegado nato. Renato Maluf esclareceu
794 que no que se refere ao balanço, esse assunto será tratado na Mesa Diretiva naquilo que
795 for necessário encaminhamento, para depois voltar à Plenária. Na sequência, foi tratado
796 o ponto de pauta 10. 15h30h às 18h – Definição dos temas estratégicos para a agenda do
797 Consea e finalização do planejamento de 2011: Sobre a programação de 2011, disse ser
798 importante que seja feito um esforço para reorganizar o planejamento de maneira a
799 agregar em blocos os assuntos. Todos os Conselheiro(as) poderão enviar suas
800 contribuições para o planejamento de 2011. Nova versão do planejamento será feito e

801 apresentado à Mesa Diretiva, que depois virá para a próxima Plenária. Foi apresentado
802 um resumo da programação de 2011. Renato disse que a Declaração Política da
803 Conferência será aprovada na Plenária Grande da IV Conferência, contudo, antes o
804 Documento deverá receber contribuições das Conferências Estaduais, que serão
805 realizadas até 15 de setembro. Como não haverá tempo hábil para tratar a versão
806 preliminar da Declaração na última Plenária do Consea, agendada para 14 de setembro,
807 a Plenária deliberou por deixa Mesa Diretiva decidir a questão. Nessa Plenária de 14 de
808 setembro será constituída a Comissão de Transição do Consea, e também será solicitada
809 a prorrogação do mandato dos Conselheiros e do Presidente do Consea Nacional para
810 até 31 de dezembro de 2011. Continuou-se debatendo a agenda de 2011. Propostas
811 foram apresentadas. 11. Extra-pauta: Renato Maluf propôs uma manifestação do
812 Consea, demonstrando a importância atribuída à Conab. Regina Miranda mencionou a
813 importância de Silvio Porto no comando da Conab. Assim, a Conselheira sugeriu que o
814 Consea remeta ao Ministério da Agricultura um documento que expresse a expectativa
815 de que o gestor que ocupe a Conab dialogue com o Consea. Chico Menezes concordou
816 com Regina Miranda sobre todo o interesse no campo da soberania e Segurança
817 Alimentar e Nutricional, sobre a importância do trabalho que a CONAB desenvolve, e
818 mais especificamente dentro das Políticas, particularmente o PAA. Acrescentou que de
819 fato o Ministério da Agricultura deve receber essa manifestação, assim como a
820 Presidência da República e a Casa Civil, mas sem mencionar nomes. Rosilda
821 acrescentou que os Ministros envolvidos na área de Segurança Alimentar também
822 deveriam receber esse ofício, solicitando que se faça algum esforço para que preserve a
823 CONAB. Maya Takagi concordou com as falas anteriores, considerando não mencionar
824 nomes no documento. Encaminhamento: Enviar uma Exposição de Motivos à
825 Presidência da República, com cópias para a Casa Civil, Caisan, Mapa, não
826 mencionando nomes, recomendando que a Conab fosse fortalecida na direção do PAA,
827 da PGPM. 18h – Encerramento: Renato Maluf deu por encerrada a Plenária,
828 agradecendo a presença de todos, e desejando bom retorno aos seus lares.

829
830
831
832
833
834
835

Renato Maluf
Presidente do CONSEA